

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE ATALANTA – SC, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 1030, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.616/0001-09, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. JUAREZ MIGUEL RODERMEL, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021, TIPO MENOR PREÇO, FORMA DE JULGAMENTO MENOR POR ITEM**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e da Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.1.1. Os ENVELOPES CONTENDO A “PROPOSTA DE PREÇOS” E “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” devem ser protocolados até dia **15 DE OUTUBRO DE 2021, ATÉ ÀS 08H30MIN**, na Prefeitura Municipal de Atalanta – Sala de Licitações, na Avenida XV de Novembro, nº 1030, Bairro Centro, Município de Atalanta - SC, CEP 88.410-000.

1.1.2. Os DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO das empresas serão recebidos pela Pregoeira e sua equipe de apoio **ATÉ ÀS 08H30MIN DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2021**, na Prefeitura Municipal de Atalanta - Sala Licitações, na Avenida XV de Novembro, nº 1030, Bairro Centro, Município de Atalanta – SC, CEP 88.410-000.

1.1.3. A ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA iniciará dia **15 DE OUTUBRO DE 2021 ÀS 9H00MIN**, na Prefeitura Municipal de Atalanta – Sala de Licitações, na Avenida XV de Novembro, nº 1030, Bairro Centro, Município de Atalanta - SC, CEP 88.410-000.

1.2. Os envelopes com a documentação e as propostas relativas à licitação e os documentos de credenciamento, deverão ser entregues até o horário mencionado, ficando impossibilitado de participar sem a respectiva entrega e após o horário.

1.3. Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

1.4. O MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC SUGERE QUE AS PROPONENTES DEVERÃO COMPARECER NA SALA DE LICITAÇÕES COM NO MÍNIMO 30 MINUTOS

DE ANTECEDÊNCIA PARA ENTREGAR OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO E OS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA E HABILITAÇÃO, CONFORME SUBITEM 1.1.1. E 1.1.2., DANDO ESPECIAL ATENÇÃO AO ITEM 1.2. PARA AS PENALIDADES ESTABELECIDAS NOS CASOS DE DESCUMPRIMENTO, FICANDO CIENTES DE QUE O MUNICÍPIO APLICARÁ AS SANÇÕES PREVISTAS.

1.5. O presente edital encontra-se à disposição dos interessados em participar do certame, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Atalanta, na Avenida XV de Novembro, nº 1030, Bairro Centro, Município de Atalanta - SC, CEP 88.410-000, no horário das 8h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min ou ainda no endereço eletrônico www.atalanta.sc.gov.br.

2. DO OBJETO

2.1. **AQUISIÇÃO DE 12 (DOZE) PNEUS 1400X24, NOVOS, 16 LONAS, PARA MOTONIVELADORA/PATROLA, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DESTA EDITAL.**

3. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. DAS CONDIÇÕES

3.1.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo de atividade econômica pertinente ao objeto desta licitação, desde que estejam regularmente estabelecidas no país e que possuam a necessária capacidade jurídica, técnica, fiscal e financeira para executar seu objeto.

3.1.2. **Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que os licitantes tenham em seu objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital.**

3.2. DAS RESTRIÇÕES

3.2.1. Não estejam sendo submetidas a processos de falência, concordatas, concurso de credores, dissolução, liquidação ou hajam sido suspensas e/ou declaradas inidôneas; ou com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública e estejam constituídas sob a forma de consórcio.

3.2.2. Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93.

3.2.3. Tenha objeto social, atividade principal e/ou secundária incompatível com o objeto licitado, de acordo com a tabela CNAE.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Fica a critério do licitante se fazer representar ou não na sessão. **A falta de representante/titular credenciado** na sessão do pregão presencial, não é motivo para desclassificar a proposta, nem inabilitar o licitante, porém seu representante **ficará impedido de participar da fase de lances verbais**, da negociação de preços; apenas participará do certame com sua proposta escrita. Consequentemente não poderá se manifestar sobre os atos da Administração, decaindo inclusive o direito de interpor recurso.

4.2. A empresa participante deste processo licitatório que **se fazer representar/credenciar** na sessão com representante/titular participará **da fase de lances verbais, da negociação de preços**; poderá se manifestar sobre os atos da Administração, inclusive o direito de interpor recurso.

4.3. Deverá apresentar **fora dos envelopes** de habilitação e propostas de preços, o **credenciamento**, que ficará retido aos autos. Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo licitatório, deverão ser entregues no momento do credenciamento.

4.4. As proponentes deverão se apresentar para credenciamento, junto a Pregoeira, **apenas um representante/titular legal**, devidamente munidos dos seguintes documentos:

4.4.1. Representante, **SENDO SÓCIO, TITULAR: CONTRATO SOCIAL OU EQUIVALENTE, COM ÚLTIMA ALTERAÇÃO OU ESTATUTO**, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, este acompanhado da ata de eleição da diretoria, **JUNTAMENTE COM CARTEIRA DE IDENTIDADE**, estes sendo Cópia autenticada por cartório competente ou cópia autenticada pelos responsáveis à autenticação documental oficial da Prefeitura Municipal de Atalanta - SC.

4.4.2. Representante, **NÃO SENDO SÓCIO, TITULAR: CONTRATO SOCIAL OU EQUIVALENTE, COM ÚLTIMA ALTERAÇÃO, CÓPIA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE**, sendo esta Cópia autenticada por cartório competente ou cópia autenticada pelos responsáveis à autenticação documental oficial da Prefeitura Municipal de Atalanta, **JUNTAMENTE COM PROCURAÇÃO ATRAVÉS DE INSTRUMENTO PÚBLICO OU PARTICULAR COM ASSINATURA RECONHECIDA EM CARTÓRIO QUE LHES**

CONFIRA PODERES PARA OFERECER LANCES, NEGOCIAR PREÇOS E PARTICIPAR DE TODOS OS DEMAIS ATOS PERTINENTES AO CERTAME, EM NOME DA EMPRESA LICITANTE. (ANEXO III).

4.5. CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO NO ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (CERTIDÃO SIMPLIFICADA), somente para ME/EPP, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, exclusivamente às empresas que desejarem fazer uso dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, com **data de emissão até 30 (trinta) dias anteriores do dia da sessão de licitação; JUNTAMENTE COM DECLARAÇÃO MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE. (ANEXO V).**

4.5.1. A não apresentação dos documentos em que trata o item 4.5 (documentos apresentados por empresas ME e EPP) não impedirá o seu representante a formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, mas impedirá o benefício da Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014 em todas as fases do certame.

4.6. A licitante deverá **APRESENTAR FORA DOS ENVELOPES 01 E 02 A DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO,** de acordo com modelo estabelecido no Anexo IV.

4.7. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um licitante.

4.8. Após o encerramento da etapa de credenciamento, a pregoeira não aceitará novos representantes, permitindo a eles apenas a presença na sessão como ouvintes.

4.9. Os documentos de credenciamento serão retidos pela equipe deste pregão e anexados ao respectivo processo.

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

5.1. A proposta de preço deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

ENVELOPE N° 1

MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC

PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021

EMPRESA:.....

5.2. DA PROPOSTA

5.2.1. A proposta comercial deverá ser apresentada com observância as seguintes exigências:

- a) **Ser impressa por processo eletrônico, conforme Anexo II ou segundo seu modelo, contendo especificação detalhada do pneu, marca e modelo, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, considerando-se até 4 (quatro) casas decimais após a vírgula.**
- b) **Ser carimbada, datada e assinada pelo representante legal da empresa ou pelo procurador, com poderes para tanto, identificando-se com o nome, RG, CPF, cargo que exerce (diretor, administrador e/ ou procurador).**
- c) **Apresentar razão social da empresa proponente, CNPJ/MF, Inscrição Estadual ou Municipal, endereço completo, número do telefone fixo e celular fax, e-mail.**
- d) **Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado tais como impostos, taxas, transporte e seguros em geral, deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução da entrega do pneu, encargos da Legislação Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto licitado, bem como lucro, conforme especificações constantes do edital, sem que caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Município, inclusive o frete, a carga e descarga, que correrão por sua conta e risco.**
- e) **A empresa licitante deverá apresentar na proposta de preços a MARCA, ANO E MODELO DO PNEU COTADO, acompanhado do respectivo PROSPECTO OU SUA FICHA TÉCNICA OU CATÁLOGO ORIGINAIS, onde relacione e confirme TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM O PNEU COTADO.**
- f) **Apresentar TERMO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 5 (CINCO) ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**

f1) Caso o fabricante não possua garantia mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, a empresa licitante deverá se responsabilizar pela referida garantia.

g) **Conter indicações do prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega da mesma. Em caso de omissão do prazo de validade da proposta, presumir-se-á que o mesmo é de 60 (sessenta) dias.**

h) A pregoeira poderá corrigir automaticamente quaisquer erros de soma/multiplicação, ou complementar diretamente no sistema informações não constantes na proposta.

i) A falta de data e/ou rubrica na proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes, com poderes para esse fim.

j) Não será considerado qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

5.3. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS

a) Omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, contiverem preços ilegíveis, ou seja, o preço unitário e o preço total não forem passíveis de leitura e entendimento (item a item).

b) Que não apresentarem Marca, Ano, Modelo e não vierem acompanhadas do respectivo prospecto ou sua ficha técnica ou catálogo, onde relacione todos os itens que compõem o objeto cotado.

c) Aquelas que não tiverem as especificações e/ou descrições do item, por usarem expressões genéricas, como “conforme o edital atende ao edital, conforme a marca tal”, e outros que não permitam a avaliação completa e detalhada das especificações;

d) Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital.

e) Não serão consideradas propostas com ofertas de vantagens não previstas neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes. Para todos os efeitos legais e de direito, serão consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções às propostas não exigidas neste Edital.

f) Apresentar preços manifestamente inexequíveis ou excessivamente superiores ao preço de referência estipulado no Edital. Para fins de aferição de inexequibilidade das propostas, a Pregoeira determinará que a licitante deva fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc.) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

g) Que cotarem valor superior aos limites estabelecido no Anexo I – Valor Unitário Estimado Máximo do presente edital, com exceção daqueles que venham a ter demonstrada sua inviabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado.

5.4. CONSIDERAÇÕES

a) Havendo divergência entre o preço unitário e total, prevalecerá o unitário e, existindo divergência entre o preço em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6.1. A habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

ENVELOPE Nº 2

MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021

EMPRESA.....

6.2. DA HABILITAÇÃO

6.2.1. As licitantes deverão entregar no envelope os seguintes documentos de habilitação, conforme o caso, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou cópia autenticada pelos responsáveis à autenticação documental oficial da Prefeitura Municipal de Atalanta, conforme determina o Art. 32 da Lei 8.666/93. Os documentos emitidos via internet serão aceitos somente original e dentro do prazo de validade.

6.2.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria – Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c) Lista de Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

6.2.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do Artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.4. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Sociedades Comerciais em Geral: Contrato Social em vigor e última alteração se houver devidamente registrados na Junta Comercial do Estado;
- b) Sociedades Civis: Inscrição do Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, devidamente registrados.
- c) Sociedades Anônimas: Ata da Assembleia - Geral que aprovou o Estatuto Social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovados por meio de publicação legal;
- d) Decreto de Autorização: em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Na apresentação do estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, deve constar além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deve ser compatível com o objeto licitado.

f) **No caso de apresentação do documento citado acima no credenciamento do representante, o mesmo não precisará ser apresentado nesta fase.**

6.4. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

b) **Certificado de Regularidade de Situação – CRS perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)** expedido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8.036/90, através de sistema eletrônico, ficando sua aceitação condicionada a verificação de veracidade via Internet;

c) **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal/Procuradoria Geral da Fazenda Nacional/Ministério da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa.

d) **Certidão Negativa da Receita Estadual**, expedida pela Fazenda Estadual da sede da Licitante do domicílio ou sede da empresa.

e) **Certidão Negativa da Receita Municipal**, expedida pela Fazenda Municipal da sede da Licitante.

f) **Certidão negativa de débitos de natureza trabalhista (CNDT)**, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

6.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentar atestado de atividade pertinente e compatível com o que pretende fornecer, emitido no exercício de 2021, por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando que a licitante realiza ou realizou fornecimento com características semelhantes ao objeto desta licitação.

6.6. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA

ATENÇÃO: Considerando a implantação do sistema Eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina a partir de 01/04/2019, as certidões dos modelos “falência, concordata e

recuperação judicial" deverão ser solicitadas tanto no sistema Eproc quanto no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

- a) Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SAJ e Eproc).
- b) Considerando que a implantação do sistema Eproc foi realizada no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, os demais estados estão dispensados da apresentação da referida certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial (Eproc).

6.7. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- a) Apresentar declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o art. 27, inciso V, da Lei nº 8666/93, acrescido pela Lei nº 9854/99 (Anexo VI).

6.8. OUTROS DOCUMENTOS

- a) Declaração de Idoneidade. (Anexo VIII).
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação (Anexo VII).

6.9. Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a entrega dos envelopes.

6.10. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

6.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 8.4.5 e seguintes do presente Edital.

6.12. Não serão considerados documentos apresentados por telex, telegrama, fax ou e-mail.

6.13. Para agilizar os trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, os licitantes farão constar em sua documentação Anexo IX – Formulário de dados para preenchimento de contrato.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. No julgamento das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM**, observadas as exigências estabelecidas neste Edital.

8. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

8.1. No dia, hora e local designado no preâmbulo deste edital, será realizada a sessão pública. A pregoeira e a equipe de apoio rubricarão e submeterão a rubrica de todas as proponentes os documentos contidos no certame. Realizado o credenciamento de acordo com o item 4 e declarada aberta a sessão, a Pregoeira e sua equipe em posse dos envelopes com as propostas de preços e a dos documentos de habilitação lacrados, iniciarão os trabalhos de julgamento.

8.2. DA ABERTURA DOS ENVELOPES COM PROPOSTAS DE PREÇOS (CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS)

8.2.1. Os envelopes com as propostas de preços serão abertos imediatamente pela pregoeira, que verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, desclassificando, preliminarmente, aquelas que estiverem conforme o item 5.3.;

8.2.2. Verificada a compatibilidade com o exigido no edital, será ordenada a menor proposta e todas as demais que sejam até 10% superiores a esta; ou serão aplicadas supletivamente, quando pelo primeiro critério não houver pelo menos três classificadas para a etapa de lances, assim não havendo pelo menos mais duas propostas até 10% superiores à menor proposta, serão classificadas tantas outras quantas necessárias até o limite de três.

8.3. DOS LANCES VERBAIS

8.3.1. Após a classificação das propostas, a pregoeira a divulgará em alta voz, e convidará individualmente os representantes dos licitantes classificados a apresentarem lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço, de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

8.3.2. A desistência da apresentação de lance verbal, após a convocação realizada, implicará na exclusão da licitante da apresentação de novos lances, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de classificação final.

8.3.3. Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.3.4. Fica a encargo da Pregoeira a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro), como também poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.

8.3.5. A rodada de lances verbais será repetida até que não haja nenhum novo lance verbal.

8.4. DO JULGAMENTO

8.4.1. Encerrada a fase de oferecimento de lances verbais, as propostas serão reordenadas e a pregoeira examinará a aceitabilidade da proposta agora primeira classificada, se for o caso.

8.4.2. Ocorrendo empate previsto no Art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06, será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4.3. Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.4.4. Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I Far-se-á a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II Todas as microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas de acordo com o item 8.4.4, I, serão convocadas a apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

III Caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo

registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 8.4.4. – III, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do item 8.4.4 - I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 8.4.3, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

8.4.5. Anunciado o proponente vencedor será verificada em seguida a documentação do mesmo para fins de habilitação, e verificado que o proponente vencedor é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o mesmo irá se beneficiar do art. 43 Lei Complementar nº 123/2006 caso a habilitação fiscal não estiver regular. A Pregoeira intimará a licitante para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para proceder a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito para emissão e apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.4.6. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

8.4.7. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.4.8. Durante o julgamento se a proposta ou o lance de menor valor não ser aceito ou se o proponente vencedor desatender as exigências habilitatórias, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.4.9. Será desclassificada a proponente que:

I Deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

II Apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;

III Apresentar preços manifestamente inexequíveis ou excessivamente superiores ao preço de referência estipulado no Edital (artigo 4º, inciso VII da Lei 10.520/2002).

8.4.10. Para fins de aferição de inexequibilidade das propostas, a Pregoeira determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc.) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9. DOS RECURSOS

9.1. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira irá consultar a seguir, às licitantes para que se manifeste acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes, como também registrando na Ata da Sessão os licitantes que manifestarem interesse em recorrer, a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, que somente versará sobre os motivos enunciados na sessão pública.

9.2. O prazo para interpor o recurso é três dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.3. Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser entregue e protocolada junto a Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Atalanta – SC, dirigido ao Prefeito Municipal, por intermédio da Pregoeira o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminha-lo ao Prefeito Municipal, devidamente informada, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

9.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação, submetido ao Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, **POR ITEM**, do objeto desta licitação à vencedora.

9.5. Somente poderão manifestar a intenção os licitantes credenciados e presentes na sessão pública.

9.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7. Decairá do direito de recorrer, o licitante que não se manifestar imediatamente e motivadamente no momento em que a Pregoeira declara o vencedor.

9.8. Os recursos interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

9.9. A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

9.10. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pela Pregoeira, equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

10. DA OBRIGAÇÃO DA VENCEDORA

10.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora o fornecimento do objeto deste Edital, de acordo com especificações estabelecidas.

10.2. A LICITANTE VENCEDORA FICARÁ OBRIGADA A ENTREGAR OS PNEUS COM GARANTIA MÍNIMA DE 5 (CINCO) ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO, NO PREÇO, PRAZO DE ENTREGA DE NO MÁXIMO 15 (QUINZE) DIAS, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA – SC, LOCALIZADA NA AVENIDA XV DE NOVEMBRO, Nº. 1030, CENTRO, MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC, APÓS ASSINATURA DO CONTRATO E A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO EMITIDA PELO MUNICÍPIO, SEM CUSTO ADICIONAL E ASSUMINDO TOTAL RESPONSABILIDADE ATÉ A ENTREGA TOTAL.

10.3. O prazo de garantia é de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação a contar da entrega. As trocas e consertos que se fizerem necessários durante o período de garantia deverão ser realizados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do comunicado a empresa licitante, podendo ser prorrogado a critério do Município, caso comprovada que a complexidade do conserto demande maior tempo. Sendo todas as despesas despendidas da troca ou conserto por conta exclusiva da licitante vencedora.

10.4. Por força maior a empresa que não venha executar a entrega dos pneus no dia e local estipulado deverá comunicar com antecedência a fiscal do contrato e apresentar as justificativas pela não realização. Caso as justificativas apresentadas não sejam acatadas, serão aplicadas as sanções previstas em Lei.

10.5. Não será aceita a entrega do objeto da presente licitação em local diferente do exigido no item 10.2., cabendo somente a empresa vencedora do certame realizar a entrega no local pré-definido na Autorização de Fornecimento, no local estabelecido por esta.

10.6. A vencedora deverá responsabilizar-se por todas as despesas para realização da entrega, tais como: transporte, deslocamento, embalagem, seguro, encargos e incidências, diretos ou indiretos, não importando a natureza que recaiam sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

10.7. A empresa licitante deverá se comprometer a substituir ou repor os itens que compõe objeto quando:

- a) Houver na entrega, embalagens danificadas, defeituosas ou inadequadas, que comprometam os pneus.
- b) Os pneus não atenderem as especificações do edital.
- c) Os pneus apresentarem qualquer alteração.

10.8. O fornecedor sujeitar-se-á a fiscalização dos pneus no ato da entrega, reservando-se o fiscal o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias, conforme previsto no Item 5.2. e do Anexo I – Termo de Referência deste edital.

11. AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

11.1. Caberá ao participante da licitação informar, e ao contratado manter atualizado e-mail, junto à administração, para utilização pelo setor competente, no encaminhamento da autorização de fornecimento emitida.

11.2. Caberá a empresa conforme cronograma apresentado, dia, local e endereço, a contar do encaminhamento via e-mail da autorização de fornecimento à entrega do objeto licitado, independente da confirmação de recebimento do e-mail.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado de acordo com a entrega dos pneus, atestado pela fiscal de contrato, em até 15 (quinze) dias após emissão da Nota Fiscal e Arquivo XLM, anexada a autorização de fornecimento, obedecendo a ordem cronológica no setor financeiro.

12.2. Os pagamentos serão feitos através de depósito em conta corrente do prestador de serviço.

12.3. O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

12.4. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

13. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

13.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes.

13.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação a empresa licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

13.2.1. Entende-se por empresa licitante, toda a empresa de personalidade jurídica, pública ou privada, com a inscrição do objeto social semelhante ao objeto desta licitação.

13.3. Cabe a pregoeira julgar e responderá às impugnações em 24 (vinte e quatro) horas.

13.4. APRESENTAÇÃO DA IMPUGNAÇÃO:

13.4.1. A impugnação ao Edital deverá ser enviada a Pregoeira, conter a descrição do ato a ser impugnado, a sua fundamentação legal, o requerimento das correções e a assinatura do responsável pela sua emissão.

13.4.2. O representante de licitante que protocolar o referido instrumento de impugnação, deverá apresentar a sua credencial que será anexada ao mesmo, nas modalidades previstas no Item 4 do presente Edital.

13.5. No caso de a impugnação ser apresentada por pessoa física a mesma deverá anexar, juntamente com o instrumento de impugnação, documento pessoal com foto (Carteira de Identidade Carteira de Habilitação, etc.), número do RG e número do CPF.

13.6. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.7. Não serão admitidas impugnações do Edital apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser entregue e protocolada junto a

Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Atalanta - SC, localizada na Avenida XV de Novembro, nº 1030, centro, Atalanta, SC.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

14.1. Inexistindo manifestação recursal, o objeto da licitação será adjudicado ao licitante vencedor.

14.2. Adjudicado o item, será efetuada a homologação do resultado pela Autoridade Competente, ou não, desde que devidamente justificado.

14.3. Decididos os recursos porventura interposta e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação.

15. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

15.1. A presente licitação poderá ser revogada, em todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

15.2. A presente licitação poderá ser anulada, na sua totalidade, por ilegalidade reconhecida de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes do presente Edital correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento vigente:

EXERCÍCIO 2021

DESPESA 72

MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO

06.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

3.3.90.00.00 / 0.1.00.0080 – RECURSOS ORDINÁRIOS

17. FISCAL DE CONTRATO

17.1. Fica nomeada a funcionária Jaqueline de Oliveira, designada pelo Prefeito Municipal através da Portaria nº 003/2020, para executar o acompanhamento e a fiscalização do contrato a ser firmado, em conformidade com suas competências e demais disposições legais.

18. PENALIDADES

18.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado de sistema de cadastramento de fornecedores da Prefeitura Municipal de Atalanta – SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

18.2. A empresa contratada ao deixar de cumprir qualquer das obrigações assumidas ficará sujeita as penalidades previstas neste, nos termos dos Artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

18.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato o Município poderá, garantida prévia defesa, além de rescindir o Contrato, aplicar à contratada as seguintes sanções:

I Advertência;

II Em caso de atraso injustificado no cumprimento da entrega, será aplicada à contratada multa moratória de valor equivalente a 0,5% sobre o valor total da entrega em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitando-se a 10% sobre o valor total da entrega, independente de prévia defesa;

III Multa de 10% sobre o valor do total do Contrato;

IV Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

V Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida somente quando a contratada ressarcir os prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

18.4. A critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer penalidades acima mencionadas acarretará perda da garantia e todos os seus acréscimos.

18.5. Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total corrigido da contratação, quando a contratada:

a) Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;

b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros;

- c) Executar o fornecimento em desacordo com as Especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d) Desatender às determinações da fiscalização;
- e) Cometer qualquer infração às normas legais Federais, Estaduais e Municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;
- f) Recusar-se a fornecer, sem justa causa, no todo ou em parte o objeto contratado;
- g) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha causar dano ao Município, ou à terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

18.6. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

18.7. As multas serão descontadas dos pagamentos ou da garantia prestada no respectivo Contrato e quando for o caso, cobradas judicialmente.

18.8. A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito pelo à contratada, para, querendo, exercer direito de defesa.

19. RESCISÃO DOS CONTRATOS

19.1. As hipóteses de rescisão dos contratos são as previstas nas Leis 8.666/93 e 10.520/02.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A entrega da proposta implica, automaticamente, na aceitação tácita e irrevogável das condições de participação não sendo válida qualquer alegação de desconhecimento ou de ignorância das condições estabelecidas neste Edital.

20.2. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

20.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Prefeitura Municipal de Atalanta - SC.

20.4. A Pregoeira, no interesse do Município, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos do art. 41. e art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

20.5. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município Contratante não será, em nenhum caso, responsável por esse custo, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra; sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.7. As normas que disciplinam este Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.8. No caso de o Edital conter alterações no seu conteúdo, as mesmas serão publicadas pelos mesmos veículos de comunicação da publicação inicial e sua consulta ficará sob a responsabilidade da empresa licitante.

20.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, à luz da legislação aplicável.

20.10. Detalhes não citados referentes as descrições do objeto, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

21. FORO

21.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao processamento da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Ituporanga - SC.

22. DO ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL

22.1. As publicações legais ocorrerão no Diário Oficial dos Municípios, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br e no mural público localizado junto a Prefeitura Municipal de Atalanta - SC, sendo todas as informações relativas ao presente procedimento publicadas ainda no endereço eletrônico www.atalanta.sc.gov.br.

23. CONSULTAS OU ESCLARECIMENTOS

23.1. A documentação completa para exame, informações e consultas de ordem geral quanto a licitação, serão fornecidas via protocolo pelo Município, na Prefeitura Municipal de Atalanta – SC, sito à Avenida XV de Novembro, nº 1030, Município de Atalanta - SC, em todos os dias úteis, no horário das 8h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min.

23.2. Em caso de dúvidas, informações poderão ser obtidas através do telefone (47) 3535-0015 com a Pregoeira, em todos os dias úteis, no horário das 8h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min.

24. ANEXOS

24.1. Integram o presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência.

Anexo II – Modelo de proposta de preço.

Anexo III - Procuração.

Anexo IV – Modelo de Declaração para Habilitação.

Anexo V - Modelo de Declaração Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

Anexo VI – Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF.

Anexo VII – Modelo Declaração de Inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

Anexo VIII – Declaração de Idoneidade.

Anexo IX – Formulário de dados para preenchimento de contrato.

Anexo X - Minuta do Contrato.

Atalanta, 29 de setembro 2021.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE 12 (DOZE) PNEUS 1400X24, NOVOS, 16 LONAS, PARA MOTONIVELADORA/PATROLA, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DESTES EDITAL.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A realização de processo de licitação para o objeto acima descrito, se justifica face ao interesse público presente na utilização dos pneus para a prevenção, manutenção e perfeito funcionamento do equipamento motoniveladora/patrola, pertencente a Secretaria de Transportes e Obras da Prefeitura Municipal de Atalanta, haja visto o grande desgaste dos pneus utilizados atualmente, necessitando da manutenção pneumática.

3. DO ITEM, QUANTIDADE, DESCRIÇÃO DO PRODUTO, MARCA, VALOR UNITÁRIO E TOTAL ESTIMATIVO MÁXIMO

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	UNID.	12	PNEU 1400X24, PARA MOTONIVELADORA/PATROLA SEM CÂMARA, RADIAL, 16 LONAS, G-2/L-2, PROFUNDIDADE MÍNIMA DO SULCO 23MM, LARGURA DA SECÇÃO MÍNIMO DE 350, COM NO MÍNIMO DE CAPACIDADE DE CARGA DE 3.650KG, PARA USO EM TERRENOS DE CASCALHO, PEDRAS, ROCHOSOS E EM SERVIÇOS SEVEROS.	R\$ 4.284,33	R\$ 51.411,96

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Este Termo de Referência tem como objetivo a habilitação de empresa que possua a necessária capacidade jurídica, técnica, fiscal e financeira para executar seu objeto, bem como a contratação daquela empresa que oferecer a **PROPOSTA DE MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM.**

4.2. Não serão admitidas nesta licitação as empresas cujo direito de licitar esteja suspenso, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública direta ou indireta, no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como as que estiverem em regime de concordata, falência ou em liquidação judicial.

4.3. Não será permitida a subcontratação.

4.4. Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

5. EXECUÇÃO, FORMA DE ENTREGA E PRAZO DO OBJETO

5.1. **A LICITANTE VENCEDORA FICARÁ OBRIGADA A ENTREGAR OS PNEUS COM GARANTIA MÍNIMA DE 5 (CINCO) ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO, NO PREÇO, PRAZO DE ENTREGA DE NO MÁXIMO 15 (QUINZE) DIAS, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA – SC, LOCALIZADA NA AVENIDA XV DE NOVEMBRO, Nº. 1030, CENTRO, MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC, APÓS ASSINATURA DO CONTRATO E A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO EMITIDA PELO MUNICÍPIO, SEM CUSTO ADICIONAL E ASSUMINDO TOTAL RESPONSABILIDADE ATÉ A ENTREGA TOTAL.**

5.2. O prazo de garantia é de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação a contar da entrega. As trocas e consertos que se fizerem necessários durante o período de garantia deverão ser realizados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do comunicado a empresa licitante, podendo ser prorrogado a critério do Município, caso comprovada que a complexidade do conserto demande maior tempo. Sendo todas as despesas despendidas da troca ou conserto por conta exclusiva da licitante vencedora.

4.5. Não será aceito na entrega, pneus que não contemplem todas as características constantes deste Edital e da proposta vencedora.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Fica nomeada a funcionária Jaqueline de Oliveira, designada pelo Prefeito Municipal através da Portaria 003/2020, para executar o acompanhamento, recebimento e a fiscalização do Contrato a ser firmado, em conformidade com suas competências e demais disposições legais.

7.3. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem ou isentam a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações.

7.4. O Município poderá rejeitar o objeto executado pela contratada, em todo, em função de inconformidades ocorridas. Neste caso, a substituição deverá ser feita sem ônus para o Município.

7.5. Esta rejeição será devidamente fundamentada e apresentada à contratada no ato da substituição, ou após a execução destes em casos de ocorrência posterior.

7.6. Fica reservado a esta Administração em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade do item ofertado. Para tanto, os pneus serão submetidos a análise técnica pertinente e fica, desde já, cientes os licitantes de que os pneus considerados insatisfatórios em qualquer das avaliações será automaticamente recusado, devendo ser substituído.

8. DOS CRITÉRIOS E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Emissão de Autorização de fornecimento por parte da Contratada;
- b) Recebimento definitivo do objeto pelo fiscal designado da Contratada;
- c) Emissão de Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML, fornecida pela Contratante, onde deverá ser informado no corpo da Nota Fiscal o Número da Autorização de Fornecimento, Número do Contrato e Número do Processo.

8.2. Os pagamentos serão feitos através de depósito em conta corrente do prestador de serviço, em até 15 (quinze) dias após emissão da Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, obedecendo a ordem cronológica no setor financeiro.

8.3. O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

8.4. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Realizar o fornecimento do objeto deste edital conforme este Anexo I – Termo de Referência e de acordo com as especificações estabelecidas;

9.2. A LICITANTE VENCEDORA FICARÁ OBRIGADA A ENTREGAR OS PNEUS COM GARANTIA MÍNIMA DE 5 (CINCO) ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO, NO PREÇO, PRAZO DE ENTREGA DE NO MÁXIMO 15 (QUINZE) DIAS, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA – SC, LOCALIZADA NA AVENIDA XV DE NOVEMBRO, Nº. 1030, CENTRO, MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC, APÓS ASSINATURA DO CONTRATO

E A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO EMITIDA PELO MUNICÍPIO, SEM CUSTO ADICIONAL E ASSUMINDO TOTAL RESPONSABILIDADE ATÉ A ENTREGA TOTAL.

9.3. O prazo de garantia é de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação a contar da entrega. As trocas e consertos que se fizerem necessários durante o período de garantia deverão ser realizados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do comunicado a empresa licitante, podendo ser prorrogado a critério do Município, caso comprovada que a complexidade do conserto demande maior tempo. Sendo todas as despesas despendidas da troca ou conserto por conta exclusiva da licitante vencedora.

9.3. Promover a organização para o fornecimento dos pneus, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente;

9.4. Conduzir o fornecimento dos pneus com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;

9.5. Responder por qualquer acidente de trabalho no fornecimento dos pneus, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções da entrega e ou da contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos na via pública;

9.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer informação, bem como aos documentos relativos;

9.8. Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento do objeto;

9.9. Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, bem como pela contratação de seguro contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto licitado, não implicando, o presente contrato, em qualquer vínculo empregatício pelos serviços prestados;

9.10. Respeitar e exigir que o seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação devendo fornecer aos seus empregados, quando necessário, os EPI's básicos de segurança;

9.11. Promover o transporte dos pneus em veículos apropriados;

9.12. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

10.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Disponibilizar à CONTRATADA os dados necessários ao fornecimento do objeto;

10.2. Emitir a Autorização de Fornecimento para início do fornecimento dos pneus, e encaminhá-la à CONTRATADA via e-mail;

10.3. Fiscalizar e controlar o fornecimento dos pneus, comunicando à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na atividade exercida;

10.4. Efetuar o(s) pagamento(s) segundo os prazos e condições estabelecidas.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O conteúdo desde termo deverá ser juntado ao processo de licitação e vinculado ao instrumento convocatório respectivo, bem como a minuta do contrato. Outras disposições correlatas poderão ser acrescidas a licitação e ao contrato, para atender exigências legais específicas ou rotinas administrativas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Modelo a ser utilizado pela proponente para formulação de sua proposta)

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social:

Nome Fantasia:

Endereço:

Bairro:

Município:

Estado:

CEP:

Fone:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

3. DECLARAÇÃO:

Os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado tais como impostos, taxas, transporte e seguros em geral, deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução da entrega dos pneus, encargos da Legislação Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto, bem como lucro, conforme especificações constantes do edital, sem que caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Município, inclusive o frete, a carga e descarga, que correrão por sua conta e risco.

Declaramos que esta proposta, nos termos do Edital, é firme e concreta, não nos cabendo desistência após a fase de habilitação, na forma do art. 43, § 6º, da Lei nº 8.666/93.

4. ITEM, DESCRIÇÃO DOS ITEM, QUANTIDADE, MARCA, MODELO, ANO, VALOR UNITÁRIO E TOTAL:

Apresentamos a seguinte proposta de preços do item abaixo para realização do objeto previsto no Edital de Pregão Presencial Nº 26/2021:

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA MODELO ANO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	UNID.	12	PNEU 1400X24, PARA MOTONIVELADORA/PATROLA SEM CÂMARA, RADIAL, 16 LONAS, G-2/L-2, PROFUNDIDADE MÍNIMA DO SULCO 23MM, LARGURA DA SECÇÃO MÍNIMO DE 350, COM NO MÍNIMO DE CAPACIDADE DE CARGA DE 3.650KG, PARA USO EM TERRENOS DE CASCALHO, PEDRAS, ROCHOSOS E EM SERVIÇOS SEVEROS.		R\$	R\$

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

CPF:

Carimbo do CNPJ da Empresa

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021

ANEXO III

MODELO PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, (Nome da Empresa), nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. (nome do outorgado, profissão, nº carteira de identidade), com poderes para representá-la perante o Município de Atalanta - SC, no Processo Licitatório nº 26/2021 - Pregão Presencial nº 26/2021, podendo participar das sessões realizadas, assinar propostas, bem como formular propostas verbais, decidir sobre desistência ou interposição de recursos, assinar atas, enfim, praticar todos os atos que se façam necessários ao cumprimento regular do presente mandato.

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

CPF:

Carimbo do CNPJ da Empresa

Obs.: Instrumento Particular de Procuração deverá ter reconhecimento de assinatura por Tabelião competente/ Cartório.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

Declaramos para fins de participação no Processo Administrativo nº 26/2021 – Pregão Presencial nº 26/2021, que a empresa (Nome da empresa), inscrita sob o CNPJ (nº do CNPJ), atende plenamente aos requisitos necessários à Habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no Edital convocatório.

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

CPF:

Carimbo do CNPJ da Empresa



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declaramos para fins de participação no Processo Administrativo nº 26/2021 – Pregão Presencial nº 26/2021, que a Empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____ é **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, nos termos da Lei Complementar 123/2006 e Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento de Registro do Comércio, e conforme Declaração expedida pela Junta Comercial (comprovando a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte).

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

CPF:

Carimbo do CNPJ da Empresa



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF.

(Nome da Empresa) _____, CNPJ nº _____, estabelecida à _____ (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei No. 9.854/99).

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

CPF:

Carimbo do CNPJ da Empresa



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021

ANEXO VII

MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, CNPJ nº. _____ estabelecida à _____ (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

CPF:

Carimbo do CNPJ da Empresa

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaro para os devidos fins que a empresa _____,
CNPJ nº _____, com sede _____ (endereço
completo), que nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão
público, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do Art. 32 – Parágrafo 2º da Lei Federal nº
8.666/93. Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

CPF:

Carimbo do CNPJ da Empresa



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021

ANEXO IX

FORMULÁRIO DE DADOS PARA PREENCHIMENTO DE CONTRATO

Razão Social:

Endereço:

Município:

CEP:

Estado:

Telefone ()

Fax ()

Pessoa para contato:

E-mail:

Nome completo da pessoa que assinará o contrato:

Cargo que ocupa:

RG:

CPF:

Deseja receber o contrato através de () E-mail () Correio

Obs. Em caso de representação por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

Data:

Solicitamos a gentileza do preenchimento deste formulário, e a entrega do mesmo juntamente com o envelope nº 1 – HABILITAÇÃO, para que, caso esta empresa seja vencedora, facilite a elaboração e envio do Contrato. A não apresentação deste formulário, não implicará na inabilitação do proponente.

Carimbo e assinatura do responsável pelas informações.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021

ANEXO X

MINUTA DA ATA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX DE XX DE XXXXXXXX DE 2021.

O **MUNICÍPIO DE ATALANTA – SC**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.616/0001-09, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 1030, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. JUAREZ MIGUEL RODERMEL, inscrito no C.P.F. sob o nº 551.031.389-72, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXX-XX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por seu XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no C.P.F. sob nº XXX.XXXX.XXX-XX, doravante chamada simplesmente **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições do Pregão Presencial nº 26/2021 pelos termos da proposta da Contratada datada de XXXXXXXXXXXXX e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE 12 (DOZE) PNEUS 1400X24, NOVOS, 16 LONAS, PARA MOTONIVELADORA/PATROLA, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL.

1.2. A descrição completa do objeto do presente pregão encontra-se junto ao Anexo I - Termo de referência do Edital de Pregão Presencial nº 26/2021.

1.3. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 26/2021, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL



2.1. Pela Execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA ao valor total de R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), conforme constante da proposta e o item vencedor, de acordo com a entrega do objeto.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado de acordo com a entrega dos pneus, atestado pela fiscal de contrato, em até 15 (quinze) dias após emissão da Nota Fiscal e Arquivo XLM, anexada a autorização de fornecimento, obedecendo a ordem cronológica no setor financeiro.

3.2. Deverá ser informado no corpo da Nota Fiscal o Número da Autorização de Fornecimento, Número do Contrato e Número do Processo Licitatório.

3.3. Os pagamentos serão feitos através de depósito em conta corrente do prestador de serviço.

3.4. O número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.5. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do recurso financeiro conforme dotação classificada e codificada abaixo:

EXERCÍCIO 2021

DESPESA 72

MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO

06.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

3.3.90.00.00 / 0.1.00.0080 – RECURSOS ORDINÁRIOS

5. CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1. O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste durante a execução do contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA - PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA



6.1. **A LICITANTE VENCEDORA FICARÁ OBRIGADA A ENTREGAR OS PNEUS COM GARANTIA MÍNIMA DE 5 (CINCO) ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO, NO PREÇO, PRAZO DE ENTREGA DE NO MÁXIMO 15 (QUINZE) DIAS, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA – SC, LOCALIZADA NA AVENIDA XV DE NOVEMBRO, Nº. 1030, CENTRO, MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC, APÓS ASSINATURA DO CONTRATO E A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO EMITIDA PELO MUNICÍPIO, SEM CUSTO ADICIONAL E ASSUMINDO TOTAL RESPONSABILIDADE ATÉ A ENTREGA TOTAL.**

6.2. O prazo de garantia é de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação a contar da entrega. As trocas e consertos que se fizerem necessários durante o período de garantia deverão ser realizados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do comunicado a empresa licitante, podendo ser prorrogado a critério do Município, caso comprovada que a complexidade do conserto demande maior tempo. Sendo todas as despesas despendidas da troca ou conserto por conta exclusiva da licitante vencedora.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições elencadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convenencionados.

7.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Disponibilizar à CONTRATADA os dados necessários ao fornecimento do objeto.
- b) Emitir a Autorização de Fornecimento para início do fornecimento do objeto, e encaminhá-la à CONTRATADA via e-mail.
- c) Fiscalizar e controlar o fornecimento do objeto, comunicando à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na atividade exercida.
- d) Efetuar o(s) pagamento(s) segundo os prazos e condições estabelecidas.

7.3. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar o fornecimento do objeto conforme o Anexo I – Termo de Referência e de acordo com as especificações estabelecidas no Edital de Pregão Presencial nº 26/2021.
- b) **ENTREGAR OS PNEUS COM GARANTIA MÍNIMA DE 5 (CINCO) ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO, NO PREÇO, PRAZO DE ENTREGA DE NO MÁXIMO 15 (QUINZE) DIAS, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA – SC, LOCALIZADA NA AVENIDA XV DE NOVEMBRO, Nº. 1030, CENTRO, MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC, APÓS ASSINATURA DO CONTRATO E A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO EMITIDA PELO MUNICÍPIO, SEM CUSTO ADICIONAL E ASSUMINDO TOTAL RESPONSABILIDADE ATÉ A ENTREGA TOTAL.**
- c)



- d) Prestar garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação a contar da entrega. As trocas e consertos que se fizerem necessários durante o período de garantia deverão ser realizados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do comunicado a empresa licitante, podendo ser prorrogado a critério do Município, caso comprovada que a complexidade do conserto demande maior tempo. Sendo todas as despesas despendidas da troca ou conserto por conta exclusiva da licitante vencedora.
- e) Promover a organização para o fornecimento do objeto, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente.
- f) Conduzir o fornecimento do objeto com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- g) Responder por qualquer acidente de trabalho no fornecimento do objeto, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções da entrega e ou da contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos na via pública.
- h) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer informação, bem como aos documentos relativos.
- i) Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento do objeto.
- j) Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, bem como pela contratação de seguro contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto licitado, não implicando, o presente contrato, em qualquer vínculo empregatício pelos serviços prestados.
- k) Respeitar e exigir que o seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação devendo fornecer aos seus empregados, quando necessário, os EPI's básicos de segurança.
- l) Promover o transporte dos pneus em veículos apropriados.
- m) Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;



- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

8.2. Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

9. CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO OU INEXECUÇÃO

9.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da contratada, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo conforme consta neste Edital.

9.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

9.2.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) O atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução da entrega do objeto;
- b) A execução fora das especificações constantes no Objeto do deste Contrato;
- c) A subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, a associação do licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução da entrega, assim como as de seus superiores;
- e) O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- f) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;



- g) A dissolução da empresa;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- j) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

9.2.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração.

9.2.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1.1. O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e pelos preceitos de direito público.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

11.1. A troca eventual de documentos e cartas entre CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Fica nomeada a funcionária Jaqueline de Oliveira, designada pelo Prefeito Municipal através da Portaria nº 003/2020, para executar o acompanhamento e a fiscalização do contrato a ser firmado, em conformidade com suas competências e demais disposições legais.



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao processamento da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Ituporanga - SC.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (Três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas, da advogada do município e da fiscal do contrato abaixo.

Atalanta, XX de XXXXXXXXXXXX de 2021.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

Município de Atalanta - SC

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

TESTEMUNHAS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

VANDER LUIS MENDEZ WISSMANN

Advogada

OAB/SC 61.464-A

JAQUELINE DE OLIVEIRA

Fiscal de Contrato

CPF: XXX.XXX.XXX-XX